

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 1068/2025

Rio de Janeiro, 24 de março de 2025.

Processo nº 0815309-49.2025.8.19.0001,
ajuizado por
, representada por

Trata-se de Autora, de 72 anos de idade, internada no centro de terapia intensiva do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, **em grave estado geral**, sendo diagnosticada com **síndrome taqui-bradicardia**, apresentando período de **taquicardia ventricular** associada a **bloqueio atrioventricular**. Foi realizado **implante de marcapasso transvenoso** e iniciada ablação química, com Amiodarona, a fim de controlar a frequência e inibir taquiarritmias. A despeito do tratamento químico, ainda apresenta períodos de taquiarritmias, sendo necessária a cardioversão elétrica para retorno a ritmo cardíaco normal. Portanto, no dia 04 de fevereiro de 2025, foi solicitado o **implante de cardiodesfibrilador implantável + marcapasso**, junto à regulação, via SER nº 6293742. Aguarda **regulação de vaga**, para a realização do procedimento supracitado (Num. 173430461 - Pág. 1). Foram pleiteados **transferência para unidade com especialidade em cirurgia cardíaca e implante de cardioversor desfibrilador implantável** (Num. 171498565 - Pág. 11).

Informa-se que a **transferência para unidade com especialidade em cirurgia cardíaca** e o **implante de cardioversor desfibrilador implantável** **estão indicados** ao manejo da condição clínica da Requerente (Num. 173430461 - Pág. 1).

Considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), destaca-se que **estão cobertos pelo SUS**, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP): implante de cardioversor desfibrilador (cdi) multi-sítio transvenoso epimiocárdico por toracotomia p/ implante de eletrodo (04.06.01.057-9), implante de cardioversor desfibrilador multi-sítio endocavitário c/ reversão para epimiocárdico por toracotomia (04.06.01.059-5) e implante de cardioversor desfibrilador (cdi) multi-sítio transvenoso (04.06.01.060-9). E, o **leito** requerido **é coberto pelo SUS**, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP).

Para regulamentar o acesso aos procedimentos cardiovasculares incorporados no SUS, o Ministério da Saúde publicou a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade (Anexo XXXI), prevendo a organização de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, bem como contando com os Componentes da Atenção Básica, Especializada e das Redes de Atenção em Cardiologia Regional de cada unidade federada.

Destaca-se que no Estado do Rio de Janeiro, foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite a CIB-RJ nº 5.890 de 19 de julho de 2019, que aprova a recomposição da **Rede de Atenção em Alta Complexidade Cardiovascular do Estado do Rio de Janeiro**. Assim, o Estado do Rio conta com as unidades habilitadas no SUS para atenção cardiológica e suas

referências para as ações em cardiologia de média e alta complexidade por Região de Saúde no Estado do Rio de Janeiro.

O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde¹.

No intuito de identificar o correto encaminhamento da Requerente aos sistemas de regulação, este Núcleo consultou a plataforma do **Sistema Estadual de Regulação – SER** e verificou que ela foi inserida em **04 de fevereiro de 2025**, com **solicitação de internação para implante de cardioversor desfibrilador (CDI) multi-sítio transvenoso (0406010609)**, tendo como unidade solicitante o **Hospital Municipal Ronaldo Gazolla**, com situação alta da unidade executora **Instituto Nacional de Cardiologia**, sob a responsabilidade da CREG-METROPOLITANA I – CAPITAL.

Desta forma, entende-se que a via administrativa foi utilizada no caso em tela, com a realização da transferência para unidade de saúde especializada, que integra a Rede de Atenção em Alta Complexidade Cardiovascular do Estado do Rio de Janeiro.

É o parecer.

Ao 2º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

JAQUELINE COELHO FREITAS

Enfermeira
COREN/RJ 330.191
ID. 4466837-6

RAMIRO MARCELINO RODRIGUES DA SILVA

Assistente de Coordenação
ID. 512.3948-5
MAT. 3151705-5

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 24 mar. 2025.